PARECER N° /2017

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI N° 24/2017

AUTOR: PREFEITO DE UNAÍ

RELATOR: CARLINHOS DO DEMÓSTENES

Relatório

O Projeto de Lei n° 24/2017 é de iniciativa do Prefeito de Unaí, que busca, por intermédio dele, autorização legislativa para criar o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na modalidade de Casa Lar.

2. Recebido e publicado no quadro de avisos em 20 de março de 2017, o presente projeto foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos-CCLJRDH (Doc. fl.16), que designou como relator da matéria o Nobre Vereador Tião do Rodo, conforme documento de fl. 17, para exame e parecer nos termos regimentais.

3. Conforme ata de fl.18, a matéria foi convertida em diligência no sentido de oficiar o senhor Prefeito solicitando documentos, informações e esclarecimentos para instrução do processo, tendo sido expedido o Ofício n.º 10/SACOM (fls.19-20).

4. Em resposta à referida diligência, o senhor Prefeito encaminhou o Ofício e documentos de fls.21-29.

5. Em seguida, conforme estudo de fls.30-39, o Nobre Vereador exarou parecer favorável à aprovação da matéria, propondo, no entanto, a Emenda de n.º 1, de fl. 38, com o objetivo de suprimir o Anexo I do projeto sob exame, tendo seu parecer aprovado pela CCLJRDH.

6. Após a análise da matéria pela CCLJRDH, o projeto foi distribuído a esta Comissão, que me designou como relator, para exame e parecer nos termos regimentais.

7. É o relatório. Passa-se à fundamentação.

Fundamentação

8. A competência desta Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “g”, da Resolução nº 195/92, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:

(...)

d) repercussão financeira das proposições;

(...)

g) aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição de receita e despesa ;

(...)

9. Conforme dito no sucinto relatório, a intenção do Chefe do Poder Executivo é criar o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na modalidade de Casa Lar.

10. Antes de adentrar no mérito financeiro da matéria, cabe explicar qual a finalidade da criação do aludido Serviço, pontuar as garantias que as crianças e adolescentes participantes terão e analisar a estrutura necessária para seu funcionamento, com vistas a destacar a importância da Casa Lar e analisar se esta trará ônus para os cofres municipais.

11. De acordo com o artigo 1º deste projeto, o Serviço em questão tem como finalidade proteger as crianças e adolescentes afastados do convívio familiar pela autoridade competente, com abrangência no Município de Unai.

12. Pelas informações dos autos, a Casa Lar visa, em especial “oportunizar às crianças e adolescentes que necessitem do espaço protetivo a vivência de um modelo de relação que possibilite o resgate da autoestima, hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade, e a construção de um projeto de vida.”

13. O artigo 5º da proposição assegura algumas garantias a essas crianças e adolescentes, a saber:

- I - propiciar moradia adequada às crianças e adolescentes, constituindo em instalações físicas com condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança;
- II- oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária das crianças e adolescentes atendidos;
- III- diligenciar, no sentido de propiciar à presença e o fortalecimento dos vínculos familiares;
- IV- oferecer um ambiente sócio-afetivo e atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;
- V- desenvolver atividades de co-educação e sociabilidade;
- VI- preparar a criança e o adolescente para a participação na vida em comunidade;
- VII- propiciar a participação das pessoas da comunidade no processo educativo das crianças e dos adolescentes atendidos pela Casa Lar;
- VIII- implementar parcerias com entes públicos e com a iniciativa privada para a manutenção de programas que visem o atendimento às crianças e adolescentes acolhidos.
- IX- oferecer atendimento médico, odontológico, social, moral, e ainda, ações preventivas;
- X- oportunizar a frequência da criança e do adolescente à escola e a cursos profissionalizantes;
- XI- garantir a aplicação dos princípios constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- XII- prestar assistência integral às crianças e adolescentes preservando a segurança física e emocional.
- XIII- possibilitar articulação intersetorial com outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, e,etc) para o encaminhamento da família a rede de atendimento;
- XIV- acompanhar a família após o desabrigo da criança ou do adolescente, tanto as famílias de origem, família extensa e família substituta; e,
- XV- realizar visitas domiciliares às famílias para acompanhamento psicossocial e elaboração de relatórios psicossocial.

14. De acordo com o inciso IV do parágrafo primeiro do artigo 7º do projeto em tela, o trabalho da Casa Lar será executado por um Coordenador, Cuidadores Sociais, Auxiliares de Cuidador e uma equipe técnica multidisciplinar de profissionais para atendimento às crianças e adolescentes, na proporção necessária, conforme orientações técnicas e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos.

15. Conforme se vê, o Serviço em questão é de suma importância para este Município, já que visa amparar crianças e adolescentes que necessitem de proteção e acolhimento em uma Casa que se assemelhe ao modelo familiar.

16. Após aferir a importância da implantação do Serviço Casa Lar neste Município, passa-se a análise dos aspectos financeiros da matéria.

17. Analisando os dispositivos do projeto sob exame, constata-se que sua implementação geraria ônus para os cofres públicos, já que a implantação de uma Casa Lar demanda recursos humanos, materiais, serviços e equipamentos.

18. Ocorre que, conforme informado tanto na Mensagem de encaminhamento da matéria como no Ofício n.º 75/2017/Gabin, de fls.21-28, que respondeu a diligência da CCLJRDH, o projeto em questão visa tão somente regulamentar a atividade da Casa Lar, que já vem sendo executada há alguns anos no âmbito deste Município. Inclusive o orçamento em curso já contém ação específica para custear a manutenção da Casa Lar, trata-se da ação/atividade n.º 2124 do programa 0040.

19. Portanto, como se trata de mera regulamentação de Serviço já implantado, entende-se desnecessária maiores considerações a respeito das normas atinentes a geração de despesa pública.

20. No que tange à Emenda de n.º 1, proposta pela CCLJRDH, no sentido de suprimir o Anexo I do presente projeto, entende-se que ela merece prosperar tendo em

vista que as atribuições dos cargos ali especificadas já constam na Lei criação dos referidos cargos, sendo desnecessário, portanto, repetir tais atribuições neste projeto.

21. Assim sendo, não enxergo quaisquer óbices quanto aos aspectos financeiros e orçamentários aqui analisados, merecendo a matéria destacada ser aprovada pelos Nobres Edis desta Casa de Leis.

Conclusão

22. **Ante o exposto**, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 24/2017, acrescido da Emenda de nº 1.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 19 de abril de 2017.

VEREADOR CARLINHOS DO DEMOSTENES
Relator Designado